

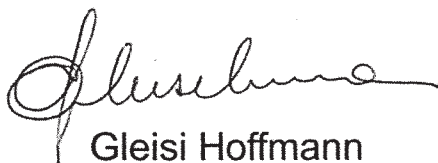
Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,

**REPRESENTAÇÃO Nº.. ..../2021**

O **PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT**, partido político com registro definitivo no Tribunal Superior Eleitoral (Resolução nº 11.165, de 11 de junho de 1982), com representação no Congresso Nacional, representado pela sua Presidenta **GLEISI HELENA HOFFMANN**, brasileira, casada, Deputada Federal (PT/PR), vêm à presença de Vossa Excelência, com esteio no art. 55, inciso II e §2º da Constituição Federal e art. 3º e 5º do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, ofertar a anexa **Representação em face da prática de atos em tese atentatórios ao Decoro Parlamentar**, em desfavor do Senhor **Eduardo Nantes Bolsonaro**, brasileiro, Deputado Federal pelo Estado de São Paulo, para o que requerem seja ela recebida e encaminhada ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa, conforme determina o §3º do art. 9º do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

**Termos em que  
Pede e espera deferimento.**

**Brasília (DF), 11 de março de 2021.**



**Gleisi Hoffmann  
Deputada Federal - PT/PR**

Presidenta do Partido dos Trabalhadores

**GLEISI HELENA  
HOFFMANN:**

Assinado de forma digital por  
GLEISI HELENA  
HOFFMANN:  
Dados: 2021.03.11 18:33:59  
+03'00'

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

O **PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT**, partido político com registro definitivo no Tribunal Superior Eleitoral (Resolução nº 11.165, de 11 de junho de 1982), com representação no Congresso Nacional, representado pela sua Presidenta **GLEISI HELENA HOFFMANN**, brasileira, casada, Deputada Federal (PT/PR), na forma regimental, **vêm** presença de Vossa Excelência, com fulcro no arts. 5º e 55, II da Constituição Federal e nos arts. 17 VI, “g”, 231, 240, I e II, 244, 253 e 268 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e ainda, com fundamento no arts. 3º incs. II e VII, 4º, 5º, 9º, 10 e 14, do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, instituído pela Resolução nº 25, de 2001, propor

### REPRESENTAR POR QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR

**Em desfavor do** Deputado **EDUARDO NANTES BOLSONARO**, Deputado Federal pelo Estado de São Paulo, com endereço na Praça dos Três Poderes – Câmara dos Deputados, gabinete 350, anexo IV, CEP 70160-900 – Brasília-DF, pela prática dos gravíssimos fatos a seguir apresentados, requerendo, desde logo, que a presente seja recebida, autuada e que se proceda ao encaminhamento para o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a fim de que sejam adotadas todas as providências legais e regimentais pertinentes à relevância do caso adiante relatado.

#### **I – Dos Fatos.**

Num momento de grande agonia, tristeza e desespero de milhares de brasileiros, que enfrentam as agruras e a letalidade de um vírus que grassa com total desenvoltura no território nacional, como decorrência da incompetência, omissão e irresponsabilidade do Chefe da Nação e que transforma o País no epicentro da disseminação da doença, mais uma vez um membro do Clã Bolsonaro, que titulariza um Poder da República e deveria demonstrar maior responsabilidade e solidariedade, faz escárnio acerca das medidas cientificamente recomendadas para o enfrentamento e prevenção da doença.

Com efeito, em vídeo publicado em suas redes sociais na madrugada desse dia 11 de março de 2021, com ampla divulgação nacional, o Representado, demonstrando total insensibilidade com a dor dos brasileiros vitimados e suas famílias, ignorando os milhares de cidadãos e cidadãs que nesse instante, sofrem em busca de um leito hospitalar que lhes garanta o direito fundamental de continuar respirando, enfim, numa postura ominosa, ignara e mendaz, ridiculariza a proteção sanitária do uso de máscaras, que é, ao lado do distanciamento social e higienização, os principais mecanismos de proteção contra a doença, haja vista que a imunização vacinal, tem sido diuturnamente negligenciada pelo Presidente da República e seu Ministro da Saúde.

Disse o Representado, no alto da sua parvoíce:

***'Enfia no rabo', diz Eduardo Bolsonaro sobre uso de máscara contra Covid***

*Deputado deu declaração em rede social enquanto criticava cobertura da imprensa em relação ao uso do acessório*

*11.mar.2021 à 0h28*

*Tayguara Ribeiro*

*O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) criticou o excesso de questionamentos sobre o uso da máscara de proteção contra o novo coronavírus.*

***"Eu acho uma pena, essa imprensa mequetrefe que a gente tem aqui no Brasil fique dando conta de cobrir***

apenas a máscara. 'Ah a máscara, está sem máscara, está com máscara'. Enfia no rabo gente, porra! A gente está lá trabalhando, ralando", disse Eduardo em um vídeo publicado na noite desta quarta-feira (10) em seu perfil no Instagram.

A declaração foi dada enquanto o deputado e filho do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) comentava a viagem que fez para Israel junto a uma comitiva brasileira para conhecer o spray contra a Covid-19 que está em fase de testes iniciais no país do Oriente Médio.

No fim de fevereiro, o presidente Jair Bolsonaro questionou a eficácia do uso da máscara no combate ao novo coronavírus, embora o item seja indicado pela OMS (Organização Mundial da Saúde) como forma de prevenção a disseminação do vírus.

"Começam a aparecer os efeitos colaterais das máscaras". "Eu tenho minha opinião sobre as máscaras, cada um tem a sua, mas a gente aguarda um estudo sobre isso feito por pessoas competentes, disse na época.

Mais cedo nesta quarta-feira, o presidente Bolsonaro respondeu as críticas feitas pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em relação as ações do governo federal no combate à pandemia do novo coronavírus. A doença tem batido recordes de número de mortes no país.

Ao longo da pandemia, Bolsonaro minimizou a importância do uso da máscara, incentivou aglomerações, se declarou contra as medidas de isolamento social e desdenhou das vacinas contra a Covid-19.

Em resposta ao ex-presidente Lula, Bolsonaro disse que o petista "agora inicia uma campanha" política e que ele "não tem nada para mostrar de bom".

*"Não justifica essa crítica do ex-presidente Lula, que agora inicia uma campanha. Como não tem nada para mostrar de bom, essa é uma regra no PT, a campanha deles é baseada em criticar, mentir e desinformar", afirmou Bolsonaro.*

*A postura do presidente contrariou a recomendação de seus assessores, para quem ele deveria ignorar as declarações do petista e focar a defesa da vacinação contra a Covid.*

*(...)*

*(grifei e sublinhei)*

O Representado, representante popular com assento no Congresso Nacional, com grande responsabilidade social e política, deveria, diferente das ações e posturas que adota, enfrentar com mais seriedade esse momento impar vivenciado pela sociedade brasileira.

Longe de incentivar, usando expressões desprezíveis e grosseiras, a adoção de medidas contrárias às orientações sanitárias, o Representado deveria dá o exemplo, orientar corretamente a população, dá exemplo de civilidade, empatia e humanidade.

O uso de máscaras, o distanciamento social, as medidas de higiene, temperada com uma realidade de ausência de vacinas, são as únicas medidas capazes de barrar a disseminação da Covid-19, de modo que não se pode admitir essa postura de ignorância e negacionismo odioso do Representado.

Assim, o fato narrado, consiste em atitude intolerável no âmbito do exercício de representação popular e que ofende milhões de famílias brasileiras que perderam entes queridos ou sofrem com ao drama de internações e busca por cuidados médicos em razão do Sars-Cov-2.

Ademais, a declaração do Representado agride, também, os seus próprios pares (e ex- congressistas) que se contaminaram ou faleceram nesta pandemia. O que reforça o escárnio e o desrespeito com a vida em seu sentido mais amplo e profundo. A atitude do Representado, além de

contribuir para a disseminação do vírus, uma vez que se trata de pessoa pública, fere até mais não poder, a instituição do decoro parlamentar.

## II – Da Quebra do Decoro Parlamentar.

A conduta do representado, ao proferir as ofensas acima relatadas, desrespeita a Constituição da República, o Código de Ética e Decoro Parlamentar e o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, além do Código Penal, incorrendo, sem prejuízo da eventual responsabilização pela prática de crime, em quebra de decoro parlamentar.

O Código de Ética e Decoro Parlamentar estabelece no art. 3º que são deveres e obrigações a que estão sujeitos todos os parlamentares:

Art. 3º São deveres fundamentais do Deputado:

I - promover a defesa do interesse público e da soberania nacional;

**II - respeitar e cumprir a Constituição, as leis e as normas internas da Casa e do Congresso Nacional;**

III - zelar pelo prestígio, aprimoramento e valorização das instituições democráticas e representativas e pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

**IV - exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular, agindo com boa-fé zelo e probidade;**

V - apresentar-se à Câmara durante as sessões legislativas ordinárias e extraordinárias e participar das sessões do Plenário e das reuniões de comissão de que seja membro, além das sessões conjuntas do Congresso Nacional;

VI - examinar todas as proposições submetidas a sua apreciação e voto sob a ótica do interesse público;

**VII - tratar com respeito e independência os colegas, as autoridades, os servidores da Casa e os cidadãos com os quais mantenha contato no exercício da atividade parlamentar, não prescindindo de igual tratamento;**

VIII - prestar contas do mandato à sociedade, disponibilizando as informações necessárias ao seu acompanhamento e fiscalização;



IX - respeitar as decisões legítimas dos órgãos da Casa.

Ademais, o Código de Ética e Decoro Parlamentar dispõe:

Art. 4º Constituem procedimentos incompatíveis com o decoro parlamentar, puníveis com a perda do mandato:

**I – abusar das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros do Congresso Nacional (Constituição Federal, art. 55, § 1º);**

Art. 5º Atentam, ainda, contra o decoro parlamentar as seguintes condutas, puníveis na forma deste Código:

**II - praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências da Casa;**

III - praticar ofensas físicas ou morais nas dependências da Câmara ou desacatar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou comissão, ou os respectivos Presidentes;

Ao proferir as seguintes palavras: *'Ah a máscara, está sem máscara, está com máscara'*. *Enfia no rabo gente, porra! A gente está lá trabalhando, ralando*”, estimula o descumprimento do art.3-A da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020

*Art. 3º-A. É obrigatório manter boca e nariz cobertos por máscara de proteção individual, conforme a legislação sanitária e na forma de regulamentação estabelecida pelo Poder Executivo federal, para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos coletivos, bem como em: (Incluído pela Lei nº 14.019, de 2020) (Vide ADPF 714)*

É evidente que o parlamentar detém a imunidade parlamentar material, que consiste na inviolabilidade de opiniões, palavras e votos, desde que proferidos em razão de suas funções parlamentares.

Mas é preciso reiterar que o âmbito de incidência da imunidade parlamentar material restringe-se as opiniões proferidas em razão de suas funções parlamentares. Xingamentos ofensivos direcionados às pessoas e o

estímulo ao descumprimento de leis, ultrapassam o limite admissível e constituem um evidente abuso de prerrogativa, o que resulta na quebra de decoro parlamentar, conforme o quanto disposto no art. 4º, I, do Código de Ética e Decoro Parlamentar. Nesse sentido:

"Malgrado a inviolabilidade alcance hoje 'quaisquer opiniões, palavras e votos' do congressista, ainda quando proferidas fora do exercício formal do mandato, não cobre as ofensas que, ademais, pelo conteúdo e o contexto em que perpetradas, sejam de todo alheias à condição de deputado ou senador do agente." (Inq 1.344, rel. min. **Sepúlveda Pertence**, julgamento em 7-8-2002, Plenário, *DJ* de 1º-8-2003.)

O Parlamentar deve conduzir suas relações com dignidade e respeito. O art. 3º do Código de Ética dispõe que constitui dever fundamental do parlamentar zelar pelo prestígio, aprimoramento e valorização das instituições democráticas e representativas e pelas prerrogativas do Poder Legislativo. Deve exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular, agindo com boa-fé, zelo e probidade. Não pode o parlamentar se valer de uma prerrogativa a ele conferida para ofender e injuriar outrem.

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados, estabelece no art. 244, que o Deputado que praticar ato contrário ao decoro parlamentar ou que afete a dignidade do mandato estará sujeito às penalidades e ao processo disciplinar previstos no Código de Ética e Decoro Parlamentar que definirá, também, as condutas puníveis.

O art. 10 e o art. 14 do Código de Ética e Decoro Parlamentar são penalidades aplicáveis à conduta atentatória ou incompatível com o decoro parlamentar: I) censura, verbal ou escrita; II) suspensão de prerrogativas regimentais por até seis meses; III) suspensão do exercício do mandato por até seis meses; IV) perda do mandato.

### III – Do Pedido.

Assim, restando configuradas as condutas do Representado incompatíveis com o decoro parlamentar é imperativo o devido



processamento da representação por quebra de decoro contra o Deputado Eduardo Nantes Bolsonaro.

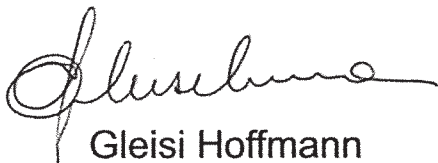
Diante o exposto, requer:

- a) o recebimento, autuação e encaminhamento da presente à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, com vistas à abertura de processo ético disciplinar por quebra de decoro parlamentar do Deputado ora Representado, nos termos do inciso I, § 2º, do artigo 9º, do supracitado Código de Ética e Decoro Parlamentar.
- b) a notificação do Representado para que responda, se lhe aprouver, a presente Representação no prazo regimental;
- c) sem prejuízo da defesa técnica, o depoimento pessoal do Representado ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados;

Ao final, a procedência da presente Representação com a recomendação ao Plenário da Câmara dos Deputados das sanções cabíveis, entre quais, dada a gravidade da conduta perpetrada.

Termos em que  
Pede e espera deferimento.

Brasília (DF), 11 de março de 2021.



**Gleisi Hoffmann**  
**Deputada Federal - PT/PR**

Presidenta do Partido dos Trabalhadores

**Documentos anexos:**

- 1 – Documentos constitutivos do Partido dos Trabalhadores e comprovação da eleição e escolha da atual Presidente;
- 2 – Cópia do vídeo divulgado pelo Representado e sua transcrição na integralidade;



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### **PRESIDÊNCIA/SGM**

Representação do Partido dos Trabalhadores – PT em desfavor do Senhor Deputado EDUARDO BOLSONARO, protocolizada aos 12 de março de 2021, imputando-lhe quebra do decoro parlamentar.

Em 12/04/2022.

Numere-se, publique-se e encaminhe-se ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

  
**ARTHUR LIRA**  
Presidente

